

INTERDEPENDÊNCIA ECOLÓGICA E COLETIVIZAÇÃO NO MEIO RURAL

*Vivien Diesel
Evandro Leal Câmara*

***E**m Ituqui, ilha da várzea amazônica, organiza-se um movimento social com vistas a reverter o quadro de degradação da oferta natural de recursos pesqueiros. Esse processo de mobilização em torno dos problemas ambientais serve como campo de observações para verificar o nível de consciência dos participantes sobre as interdependências ecológicas e igualmente sobre as ações orientadas à restrição de liberdades individuais, em prol de interesses coletivos. Da mesma forma, podem ser acompanhadas as dificuldades encontradas na consolidação das mudanças propostas – os acordos de pesca.*

Ituqui – o ambiente e o homem

Ituqui é a denominação dada a uma ilha, de aproximadamente 307 km², situada na várzea do Rio Amazonas, localizada a uma distância aproximada de 14 km em linha reta da cidade de Santarém, Pará.

A paisagem da ilha assemelha-se à de uma grande planície de campos naturais, mas pequenas diferenças topográficas são capazes de definir ambientes ecologicamente diferenciados, conforme a susceptibilidade e intensidade de inundações. Assim, a ilha apresenta o formato de uma bacia onde as bordas equivalem às formações de restinga¹, o centro (parte mais baixa) é ocupado por um complexo de massas de água de dimensões variadas, permanentes e temporárias e o interstício entre centro e restingas conformam os campos naturais alagáveis.

Situando-se em área de várzea do Rio Amazonas, Ituqui tem sua paisagem modificada ao longo do ano pela dinâmica das águas. Na época do verão (dezembro/janeiro – maio/junho) se verificam as maiores chuvas – o nível do rio cresce de 4 a 6 metros, resultando em inundações da quase totalidade da área da ilha. No período de inverno (maio/junho – dezembro/janeiro) as chuvas e as enchentes diminuem, descobrindo as restingas, os campos e até secando grande parte das massas de água.

A história da ocupação humana na ilha de Ituqui insere-se no movimento de ocupação da várzea na região de Santarém. Em tempos remotos, a região era ocupada por tribo indígena que veio a ser denominada “Tapajo”. O desenvolvimento cultural desta tribo permitiu a instalação de povoados sedentários com alta densidade demográfica a partir de uma economia fortemente baseada na agricultura (milho, mandioca, arroz selvagem, algodão), complementada pela criação, caça e pesca.²

Os portugueses promoveram a destruição da tribo Tapajo já no século XVII. Sobre os seus resquícios avançaram os catequistas da Companhia de Jesus, que transformam a aldeia em sede de missão católica. A estes, seguiram-se colonizadores e escravos negros, de forma que, no século XVIII, Santarém apresentava uma sociedade escravista bem articulada, estruturada sobre o cultivo do cacau em grandes fazendas, plantado na várzea desde 1734.³ A medida que o cacau deixou de ser exportado, os cacauais foram substituídos pela criação de gado na várzea.

A sociedade de latifundiários convive com um contingente humano, sempre renovado, de indígenas expropriados e trabalhadores migrantes, que constitui a “sobra” das economias decadentes,⁴ e que nas crises passa a ocupar as áreas marginais (sujeitas a inundações ou abandonadas), reproduzindo-se como pequenos agricultores ou coletores de bens extrativos a serviço dos regatões, recriando o espaço social da região.⁵ Ituqui parece represen-

¹ Partes mais altas do terreno formadas pelo depósito de sedimentos do Rio Amazonas, menos susceptíveis às inundações e por isso no passado eram cobertas por formações florestais.

² MEGGERS, B. J., em *Amazônia – a ilusão de um paraíso*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 166, menciona relatos que estimavam ser possível reunir 60.000 guerreiros só na capital.

³ GENTIL, J. M. R. A juta na Agricultura de Várzea na Área de Santarém – Médio Amazonas. *Biblioteca do Museu Paraense Emílio Goeldi*, vol. 4, n. 2, 1988.

⁴ No ambiente amazônico, a decadência do cacau coincide com a valorização da borracha. Como Santarém não possuía seringais, parte da população se desloca para os seringais do Alto Tapajós, ocasionando um esvaziamento da agricultura local. A decadência da borracha libera um contingente humano anteriormente ocupado na coleta, que “se espalha” nas terras amazônicas.

⁵ A figura do regatão remete à estruturação de um sistema particular de comercialização de bens extrativos, com articulação de crédito em cadeia e cujo deslocamento se faz basicamente por via fluvial.

tar a síntese destes processos históricos, na medida em que abriga, em sua estrutura social, produtores familiares reunidos em comunidades, com grandes fazendeiros.

Os produtores familiares que moram na ilha sempre tiveram que construir suas estratégias de reprodução econômica enfrentando as fortes restrições ecológicas impostas pela inundação sazonal, escassez relativa de recursos produtivos e capital.⁶ Entretanto, é surpreendente a variabilidade de recursos e possibilidades formadas a partir destes macroambientes ecológicos e do contexto social. Os relatos históricos orais remetem a fases de dominância do extrativismo vegetal e animal na ilha: exploração da lenha, das aves, do couro dos jacarés... Remetem a fases de dominância da agricultura: ao cultivo dos cacauais, da cana, do milho, da juta. Contam de famílias que se reproduzem a partir da inserção no meio sócio-econômico envolvente pela participação no garimpo, no assalariamento em obras do governo e nas fazendas. Falam da migração para a cidade e outras estratégias e processos reversíveis conforme o contexto sócio-econômico...

Uma especificidade que pode ter favorecido a reprodução econômica das unidades familiares reside na "flexibilização" dos direitos de uso sobre certos ambientes e recursos da ilha. Assim, temos formas particulares de ocupação do espaço e de concepção dos direitos de uso.

Quanto à ocupação do espaço, observa-se que os produtores familiares constroem suas residências "nas bordas da bacia" junto às áreas de cultivo agrícola (situadas nas restingas). As moradias são agrupadas em pequenos núcleos (as comunidades) sendo o espaço entre os núcleos ocupado pelas fazendas de criação de gado e búfalo. São 133 pequenas propriedades, nucleadas em 4 comunidades, ocupando 24% da área da ilha e 32 grandes propriedades ocupando 76%.⁷

A área individualizada de cada produtor familiar é definida pelos metros de frente (extensão lateral da área de restinga ocupada) e fundos (extensão transversal – da restinga ao centro da Ilha – até o Igarapé Santíssimo, que divide a ilha ao meio). Entretanto, especificidades da percepção dos direitos de uso em nível local restringem o uso privado à área de restinga e, assim, estabelecem a possibilidade do acesso aberto às áreas de campos alagáveis e lago. Da mesma forma, admite-se o acesso a lagos situados no interior de fazendas.

Ao mesmo tempo que o acesso aberto às massas de água oferece uma alternativa aos produtores familiares com poucos recursos, o livre acesso tem sido apresentado como causa de uma sobreexploração de recursos pesqueiros que compromete sua disponibilidade presente e futura nas massas de água do interior da ilha.

⁶ A susceptibilidade à inundação constitui um fator decisivo na determinação do montante de recursos efetivamente disponíveis para uso produtivo. Conforme síntese de CÂMARA, E. L.; McGRATH, D. G. em A viabilidade da Reserva de Lago como unidade de Manejo Sustentável dos Recursos da Várzea Amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, série Antropologia, v. 11, n. 1, 1996. "A área para uso do solo em cada propriedade é limitada pelo ciclo de enchente do rio, que encobre grande parte da propriedade por quase meio ano. Considerando uma propriedade de 100 m de frente e 3800 m de fundo (a distância média entre a restinga e o Igarapé Santíssimo que corta a ilha), ela teria cerca de 38 hectares, não completamente disponíveis para uso do solo. Baseando a área dos ambientes destes terrenos pela área média anual dos ambientes da ilha de Ituqui, as restingas corresponderiam a 4% do terreno (2 ha), os campos a 38% (14 ha) e os lagos a 59% (22 ha). A área média anual disponível para uso do solo e criação animal em uma propriedade de 100 m de frente seria, desta forma, de 16 ha".

⁷ Dados de pesquisa de CÂMARA, E. L. & McGRATH, D. G. Op. cit.

Crise econômica da produção familiar, intensificação da pesca e questão ambiental em Itiqui

Os relatos sobre economia familiar na várzea, inclusive em Itiqui, remetem à constatação de que o cultivo da juta apresentava-se como principal fonte de renda para os produtores familiares no período da II Guerra e nas duas décadas que a sucederam, com colapso da produção nos anos 80.⁸ A decadência econômica deste cultivo, entretanto, levou a uma valorização da pesca enquanto atividade geradora de renda e subsistência para os produtores familiares. Atualmente, o grau de dependência da pesca entre os produtores familiares é variável, mas, via de regra, é alto.⁹ A importância da pesca para reprodução econômica dos produtores familiares da várzea fica evidenciada no levantamento de Câmara & McGrath, a partir de um estudo empírico na região de Itiqui:

Das unidades domésticas da ilha de Itiqui, aproximadamente 44% têm na agricultura e na pesca sua principal fonte de renda. Dependem apenas da pesca como fonte principal de renda aproximadamente 23% das unidades domésticas, e apenas da agricultura 14%. Nestes casos, que ocorrem principalmente nas comunidades da ilha, a criação de pequenos animais e a pecuária funcionam como fonte de alimento e de acúmulo de capital (poupança).¹⁰

A intensificação do esforço de pesca não se deu somente em Itiqui. Ela aparece como resposta a mudanças estruturais mais profundas, que estão relacionadas à ampliação do mercado para o pescado, tanto pelo crescimento dos centros urbanos na região amazônica quanto pela maior facilidade de oferecer produto competitivo em mercados nacionais e externos. Simultaneamente, o acesso às tecnologia de captura, armazenamento e transporte transforma a pesca numa atividade rentável para “empreendedores comerciais” e para produtores familiares residentes na várzea. Para estudiosos do tema no contexto amazônico, observa-se uma mudança na estrutura social da pesca, que é concebida como uma transição da pesca rural polivalente (na base do trabalho familiar) para a pesca urbana monovalente (muitas vezes baseada na parceria). O segmento da pesca comercial urbana, representado pela atuação das geleiras, barcos com maior capacidade de captura e armazenamento do pescado, busca os melhores ambientes e por isso desloca-se por toda várzea, pescando inclusive nas massas de água do interior das ilhas.

Neste contexto, produtores familiares moradores da ilha e da região, bem como pescadores itinerantes, passam a pescar mais intensamente nas massas de água no interior das ilhas e a disputar recursos entre si.¹¹ Câmara & McGrath entendem que, como resultado desta pressão de pesca,

⁸ “A impossibilidade de importar a juta indiana durante a II Guerra, quando os juteais indianos foram destruídos, incentivou a Amazônia a se especializar como zona produtora de juta, fornecendo matéria-prima para as indústrias têxteis.” (GENTIL, J. M. R., op. cit.)

⁹ “Nas comunidades da ilha todas as unidades domésticas desempenham esta atividade. A comercialização de ao menos parte da captura é feita por 79% das unidades domésticas onde a pesca é exercida, enquanto 21% pesca apenas para subsistência.” (CÂMARA, E. L. & McGRATH, D. G., op. cit.)

¹⁰ Para a compreensão das estratégias familiares é necessário considerar também que, dada a susceptibilidade à inundação periódica, parte dos produtores migra para terra firme na época das cheias, arrendando ou utilizando terras cedidas para cultivo e criação animal.

¹¹ O conflito principal em Itiqui refere-se à pressão de pesca nos lagos interiores, cujos recursos são disputados por produtores familiares residentes na várzea e pescadores itinerantes (geleiras), com interesses opostos. Os itinerantes têm o objetivo de pescar o máximo possível em cada lago, uma vez que podem deslocar-se para outra região quando a produtividade local se reduz. Os produtores familiares dependem da produção dos lagos em volta da sua comunidade, uma vez que não têm como se deslocar para lagos distantes.

estoques de espécies de alto valor comercial foram especialmente atingidos, como os de pirarucu (Arapaima gigas) e o de tambaqui (Colossoma macropomum) (Bayley & Petrere 1989, Rufino & Isaac 1994, Barthem 1995), prejudicando assim os pescadores residentes nas comunidades de várzea, que muito dependiam destas espécies como fonte de renda.¹²

¹²CÂMARA, E. L. & McGRATH, D. G. Op. cit.

¹³SCHÖNENBERG, R. As formas Institucionais e Organizacionais, de articular interesses na área da pesca no Baixo Amazonas em particular, e na Amazônia em geral. Projeto IARA: IBAMA/ Brasil e GOPA/ Alemanha. Relatório Preliminar. Santarém, 1994.

A disputa por recursos cada vez mais escassos tende a acirrar conflitos. Schönemberg esclarece que há cerca de 10 anos os conflitos sobre o acesso aos recursos pesqueiros aumentaram sensivelmente no Baixo Amazonas.¹³

Mobilização social em Ituqui

Os conflitos em torno do acesso aos recursos pesqueiros são enfrentados de diferentes formas pelas comunidades na várzea amazônica. Schönemberg identifica três estratégias utilizadas pelas “comunidades” para enfrentar os conflitos locais: articular “acordos de pesca”, incluindo tanto membros da comunidade como “pescadores que entram de fora”, colocar vigias comunitários armados sem tentar conseguir apoio externo, ou reclamar a ausência de mediação e regulação por parte do Estado.

Entretanto, a recorrência aos acordos aparece desde a década de 60 e já assume uma frequência significativa.

Atualmente o manejo comunitário de lagos está bastante difundido na várzea, indo desde Iquitos, no Peru, até o estado do Pará, no Brasil (...). Na região do Baixo Amazonas, Pará, existem nos municípios de Santarém, Alenquer e Monte Alegre cerca de 65 manejos comunitários de lagos registrados nas colônias de pescadores locais, sendo Santarém o município com maior número de acordos de pesca (Colônia de Pescadores Z-20, Santarém; Projeto Iara-IBAMA-Santarém).¹⁴

¹⁴CÂMARA, E. L. & McGRATH, D. G. Op. cit.

¹⁵Historicamente destaca-se o trabalho da Igreja na organização das comunidades da várzea amazônica. No movimento em prol da conservação de recursos pesqueiros integram-se diversos agentes como sindicatos, organizações não-governamentais como a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), igrejas, partidos políticos, como o PT. Hoje, na região de Ituqui, com relação ao estabelecimento dos acordos, destaca-se a atuação da Colônia dos Pescadores (no caso Z-20), que na região tem apoio forte do Projeto Várzea, conduzido por uma ONG, o IPAM e o Projeto IARA, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).

Os acordos, em termos gerais, são instrumentos de caráter informal, com reconhecimento político, que definem quem seriam os legítimos usuários e regras a serem respeitadas na exploração dos recursos pesqueiros. A articulação de “acordos de pesca” parece implicar a atuação de agentes externos¹⁵ que se aliam à comunidade para a defesa dos interesses dos produtores familiares e preservação de recursos naturais.

Assim, a problematização do fenômeno da oferta pesqueira natural em Ituqui, decorre e integra-se em um movimento social mais abrangente em prol da conservação dos recursos pesqueiros, identificável em vários locais da várzea amazônica, onde participam produtores familiares, agentes externos. Também em Ituqui, os “acordos de pesca” aparecem como solução...

Conflitos e impasses

No caso de Itiquí, o acordo constitui um instrumento visando impedir que pescadores itinerantes (geleiras) continuem a pescar nos lagos do interior da ilha, ao mesmo tempo em que procura garantir a conservação dos recursos pesqueiros. Atualmente, explicita a determinação de fechamento dos lagos internos a pescadores de outras regiões e a suspensão da pesca comercial no período de outubro-fevereiro.

Entretanto, os agentes vão percebendo que os acordos não asseguram a sustentabilidade da oferta dos recursos pesqueiros e o acesso dos produtores familiares a eles, razão pela qual se busca seu aperfeiçoamento ou sua substituição por uma estratégia mais eficaz. O que acontece?

Num primeiro momento, percebem-se as limitações do acordo enquanto instrumento capaz de impedir o acesso de terceiros às massas de água do interior da ilha – principal reivindicação do movimento. Em verdade, pelos acordos pretende-se reivindicar para os produtores familiares o direito de decidir sobre o uso das massas de água do interior da ilha. Entretanto, outros agentes julgam que também têm direitos sobre tais recursos e se encontram amparados pela legislação federal.

A percepção dos usuários externos (geleiras) remete ao fato de que a legislação federal estabelece direito de livre acesso às águas interiores comunicáveis por via aquática a qualquer embarcação. Desta forma, os usuários externos percebem que também têm direito de acesso aos lagos no interior da ilha. A percepção dos produtores familiares, por sua vez, baliza-se pelo princípio de projeção dos direitos de propriedade da frente aos fundos da ilha. Como os lagos localizam-se “nos fundos”, constituem propriedade daqueles que dispõem das “frentes”. Neste caso, é o usuário externo que tem amparo legal e por isso os produtores familiares não podem requerer auxílio das instituições públicas para impedir a entrada de geleiras nas massas de água do interior da ilha, mesmo com a existência de acordos. Isso faz com que os conflitos relacionados ao esforço de fazer cumprir os acordos devam ser enfrentados pelos produtores familiares, inclusive com o risco a sua integridade física.

Num segundo momento, salienta-se que os acordos visam, em última instância, assegurar a sustentabilidade da produção pesqueira. Atualmente, as únicas medidas articuladas para tal fim referem-se a um controle genérico da intensidade e da época de pesca. Para os técnicos, entretanto, este é um nível de controle ainda incipiente. Informações mais precisas sobre a capacidade de suporte dos sistemas naturais e da dinâmica populacional de certas espécies, por exemplo, seriam necessárias para assegurar previsões mais confiáveis.

Num terceiro momento, os acordos perseguem um ideal de “manejo comunitário”, ou seja, pretendem que as decisões acerca do uso dos recursos sejam tomadas de forma democrática e que exista um verdadeiro envolvimento da população no sentido de observar e fazer cumprir as regras estabelecidas coletivamente. Tal ideal se operacionaliza pela constituição de organizações de usuários bem firmadas. Até o momento, o corpo de usuários é definido genericamente como “utilizadores tradicionais dos recursos”, o que remete, de fato, aos moradores de diversas localidades da ilha e região – portanto, um grupo bastante amplo e heterogêneo – dificultando a “organização democrática”.

Os limites percebidos nos acordos levam, atualmente, à formulação de propostas alternativas, de “aprimoramento” ou de substituição dos mesmos por instrumentos teoricamente mais eficazes.

Entre as propostas discutidas para aprimoramento, salientam-se aquelas orientadas à definição mais precisa do corpo de usuários. Para identificar os usuários legítimos apresenta-se um conjunto de princípios alternativos:

1º) definir como usuárias preferenciais as comunidades que se delimitam com as massas de água exploradas. Tal determinação seguiria a percepção tradicional de considerar-se que têm direito de acesso ao recurso do lago interior aqueles produtores familiares cujas propriedades se delimitam com o lago em questão.¹⁶

2º) definir o corpo de usuários preferenciais a partir do zoneamento tradicional dos locais de pesca. Neste caso, o movimento pode orientar-se pela tradição local de áreas de pesca ou por princípios introduzidos para o estabelecimento de um novo zoneamento.¹⁷

3º) definir como usuárias preferenciais as comunidades da ilha e da região, concedendo direitos igualitários aos seus moradores. Uma alternativa seria considerar acesso indiscriminado às águas interiores da ilha para todo aquele que é proprietário de “uma frente”, ou seja, uma porção de restinga na ilha, ou morador de uma comunidade.¹⁸

A definição precisa do corpo de usuários é, ao mesmo tempo, desejável e indesejável, porque cria conflitos pela exclusão de segmentos sociais que, assim, têm seus interesses contrariados.

O aprimoramento das regras dos acordos enfrenta dificuldades técnicas devido à incipiência da pesquisa básica nestes ambientes, à imprevisibilidade do comportamento dos sistemas naturais e ao elevado grau de interdependência entre ambientes. Por outro lado, a avaliação técnica recomenda restrições precisas, enquanto a avaliação política recomenda a flexibilização das regras. Isto porque, há de se considerar que regras iguais têm diferentes repercussões sobre produtores em diferentes condições, ampliando potencialmente o conflito com produtores fami-

¹⁶ Desta forma, preconiza-se um prolongamento das divisões laterais das propriedades para o interior do lago, ou seja, uma projeção dos direitos privados de uso. Entretanto, a implementação de ações com estas características enfrentaria oposição por parte dos produtores familiares residentes na ilha, dos utilizadores tradicionais dos lagos residentes na terra firme e das geleiras. Além disso, como enquadrar a migração em busca de locais de pesca na estação seca? Para os produtores familiares residentes na ilha, esta regra, ao mesmo tempo que beneficia, prejudica na medida em que a maioria das famílias depende de uma porção de lago maior do que de sua propriedade.

¹⁷ A mudança sazonal dos locais de pesca, em virtude da seca, dificulta o propósito de limitar a pesca a locais pré-determinados. Outra grande dificuldade enfrentada refere-se a que um zoneamento baseado na tradição de uso haveria de reconhecer o uso de lagos “privados” por comunitários. Como reivindicar este direito neste caso ?

¹⁸ Aqui, novamente, pescadores tradicionais residentes em terra firme, não teriam acesso aos recursos. Ao ser aberta a pesca aos moradores da região, quais os limites? Ambas as alternativas enfrentam, ainda, restrições quando pretendem auferir direito preferencial de uso a comunitários em caso de massas de água situadas no interior de propriedades privadas.

liares que têm maior dependência imediata dos recursos pesqueiros (famílias que vivem da pesca têm dificuldade de acatar a norma estabelecida de suspensão da pesca comercial no período de outubro a fevereiro, por exemplo).

Uma alternativa que procura dar maior suporte legal às medidas protecionistas visadas é o estabelecimento de “Reservas de Lago”, uma modalidade especial de unidade de conservação, inspirada no modelo da “Reserva Extrativista”. A formalização nestes termos poderia contornar os problemas legais enfrentados para garantir a exclusão do acesso às geleiras, significaria maior responsabilidade e participação do Estado na definição das restrições de exploração dos ecossistemas e ainda poderia contribuir viabilizando direito de controle sobre áreas adjacentes ao sistema explorado (impedindo atividades danosas à produtividade piscícola). Entretanto, esta proposta enfrenta problemas de viabilidade, pois reivindica o estabelecimento de “propriedade coletiva”, categoria de propriedade não prevista pelo Estado brasileiro.

Interdependências ecológicas

O que podemos aprender sobre a problemática ambiental e suas repercussões no plano da limitação da liberdade individual em prol do coletivo, a partir do exame do caso de Ituqui?

A reflexão será orientada por algumas questões:

– Em que medida as interdependências ecológicas são significativas e necessitam ser consideradas para a efetiva solução da questão ambiental?

– Em que medida o processo de mobilização social repercute como tomada de consciência das interdependências ecológicas?

– Em que medida o processo de mobilização social repercute no sentido de estabelecer restrições às liberdades individuais em nome das interdependências ecológicas?

– Em que medida casos como o de Ituqui podem constituir “pólos” para estabelecimento de relações sociais diferenciadas?

Nossa intenção aqui não é buscar a construção de um modelo complexo que simule a interação de fatores na produção de recursos pesqueiros nos lagos do interior da ilha de Ituqui. As interdependências, neste caso, são evidentes e por isso não há necessidade de recorrer a modelos complexos. Basta considerar a dinâmica hidrológica para perceber a dificuldade de estabelecer “fronteiras” do ecossistema: o que é um sistema individualizado na seca tem fronteiras móveis e não se distingue como tal nas cheias.

As massas de água do interior da ilha possuem limites relativamente definidos na estação da vazante, mas confundem-se com os campos alagáveis e restingas e mesmo com o rio Amazonas durante as cheias. Mesmo quando têm suas fronteiras in-

dividualizadas. a produtividade ecológica das massas de água do interior da ilha depende tanto da intervenção nelas realizada quanto daquela levada nos sistemas envolventes. Isso conduz à necessidade de que a modelização considere a interposição de dinâmicas aos níveis macro, meso e micro na explicação de determinados padrões de produtividade nas massas de água do interior da ilha. Assim, podemos dizer que a produtividade dos lagos internos, nas circunstâncias atuais, depende das condições do sistema maior com o qual interage, a Bacia Amazônica.

No nível meso-sistêmico, considera-se a influência do tipo de uso dado aos ambientes de entorno do ecossistema explorado, especialmente nos ambientes de interface. Consideremos, a título de exemplo, as seguintes colocações:

*Os pescadores do Baixo Amazonas afirmam que o consumo do capim flutuante existente nos lagos pelo gado bovino e bubalino afeta negativamente a produção pesqueira nestes lagos. Isto ocorreria por estas massas de macrofitas aquáticas, principalmente a perimembeca (*Paspalum repens*) e a canarana (*Echinochloa polystachya*) serem usadas como local de abrigo, alimentação (são ricas em invertebrados, algas e fungos) e "berçários" de peixes. Esta função das massas de macrófitas aquáticas é confirmada por Goulding (1996), Junk (1984) e Sioli (1985). Goulding sugere que o maior impacto da destruição dos bancos de macrófitas aquáticas se daria no período de seca, quando esta vegetação é o único refúgio dos peixes nos lagos de várzea. Entretanto, o autor afirma não haver ainda na literatura trabalhos que comprovem cientificamente a relação entre a destruição dos bancos de macrófitas aquáticas pelo gado e a redução da produção pesqueira. A diminuição da quantidade de macrófitas aquáticas também é consequência da atividade dos criadores de gado, que utilizam fogo para a limpeza dos campos alagáveis. Este tipo de manejo pode comprometer a pastagem nativa, que por vezes não rebrota (Nascimento e Carvalho 1993). A atividade pecuária também gera desmatamento para o plantio de pastagem, correspondendo à maior parte da área plantada das restingas da ilha do Ituqui. A derrubada da floresta de várzea elimina inúmeros frutos e sementes que alimentam um grande número de espécies de peixes comercialmente importantes, além da liteira da floresta, também consumida por peixes detritívoros (Goulding 1996, Bayley e Petrere 1989). Segundo Goulding (1983), peixes co-*

medores de frutos e sementes se tornaram mais raros em áreas ao longo do rio Solimões que foram muito modificadas.

A agricultura, por sua vez, pode interferir na pesca, pois assim como na pecuária, a derrubada da mata de restinga necessária para fazer o plantio retira as árvores fonte de frutos, sementes e liteira, que durante a cheia alimentam os peixes, como os da família Serrasalmidæ e do gênero Colossoma, entre outros (Bayley e Petrere 1989, Goulding 1996). Na região do Baixo Amazonas esta interferência se deu em larga escala no período de plantio de juta. Goulding (1983) atenta ainda para o perigo da atividade agrícola na contaminação dos lagos de várzea com pesticidas e herbicidas. Isto poria em risco peixes juvenis de Ciclídios e Caracídeos, dois dos três grupos mais importantes para a pesca comercial da Amazônia. Na várzea a intensificação da agricultura, com utilização de pesticidas, é uma tendência crescente.¹⁹

¹⁹ CÂMARA, E. L. & McGRATH, D. G. Op. cit.

Assim, a interpretação complexa, potencial, tenderia a reconhecer o fato (escassez da oferta de recursos pesqueiros) como resultante da interação de fenômenos ocorridos nos níveis macro, meso (ilha – massas de água e sistemas envolventes) e micro-sistêmicos (atuação no sistema explorado, sobre os recursos visados).

Mobilização social e consciência das interdependências ecológicas

A mobilização social é um processo que envolve simultaneamente esforços de problematização, interpretação, idealização e consolidação de mudanças. Quando Ituqui se defronta com uma mudança ambiental determinada (como a redução da oferta pesqueira) problematiza ou não tal mudança, desencadeando um processo cujas características determinarão a natureza das repercussões no âmbito ecológico e social.

Num primeiro momento argumentamos que a natureza da “consciência” formada no processo dependerá da “natureza” das interpretações formuladas sobre o fenômeno. Mais especificamente, argumenta-se que a problematização traz à cena um conjunto de agentes que discutirão interpretações para o fenômeno. Cada agente traz sua ótica e procura validá-la na interpretação do caso.

Em Ituqui interagem, no processo de interpretação, agentes externos e membros da comunidade local. Para fins analíticos, podemos hipotetizar que se distingue um conjunto de agentes com preocupações de justiça social, enquanto outro conjunto traz preocupações com a preservação de recursos.

Considerando a tradição interpretativa dos agentes que trabalham com a questão da justiça social, podemos pensar que a situação de Ituqui é interpretada dentro do quadro referencial da transição da pesca rural polivalente para a pesca urbana monovalente, com a expansão do capitalismo a um setor e espaço anteriormente dominado por relações tradicionais. Dada a voracidade e rapidez com que o capitalismo promove a degradação dos recursos, presume-se que a degradação da oferta natural é uma característica inerente ao modo de exploração capitalista, orientada apenas pelos critérios da lucratividade, levando por isso ao esgotamento dos recursos de natureza extrativa. Para estes agentes, tal fato é preocupante, na medida em que se presume a rápida inviabilização das estratégias econômicas e marginalização dos produtores familiares que dependem da extração destes recursos naturais. Assim, preservação ou degradação relacionam-se com a natureza da estrutura social tradicional ou capitalista, que promove diferentes intensidades de exploração do meio. Neste caso, as geleiras constituem personificação da exploração capitalista.

Outros agentes podem estar motivados principalmente pelo esforço de salvaguarda de recursos naturais, buscando, a partir da experiência de Ituqui, modelos de arranjos políticos e institucionais que viabilizam tais propósitos. Tendo sua origem principalmente nas ciências naturais, procuram uma interpretação e solução “técnica” para os fenômenos. Entretanto, a tradição analítica destas ciências leva a que o esforço maior de interpretação global da causação do fenômeno (redução da oferta natural de recursos pesqueiros) seja desfavorecido frente ao esforço de estabelecer análises de correlações parciais entre variáveis: nível de cobertura de macrófitas/produzitividade pesqueira, por exemplo. Desta forma, este agente hesita entre o uso de uma explicação que recorre a um modelo analítico complexo, mas que não pode ser explicitado e provado dentro dos cânones metodológicos disciplinares convencionais, e uma explicação limitada aos resultados de pesquisa empírica ou baseada em percepções empíricas não sistematizadas sobre o fenômeno. Por esta via, não constroem o modelo teórico alternativo capaz de elucidar as interdependências ecológicas não perceptíveis ao conhecimento popular, que se prende à sucessão temporal imediata, ao macroscópico e à análise local.

Assim, evidencia-se um processo social em que a problematização é seguida de uma disputa de discursos explicativos. A complexidade possível destes discursos explicativos dos agentes parece não se refletir na explicação simples vulgarizada, que vincula a escassez de recursos pesqueiros com a sobrepesca no local pela ação das geleiras e coloca como medida privilegiada o combate à sobrepesca, evitando a atuação das geleiras na área e a pesca dos pescadores tradicionais. Esta interpretação, aos olhos dos mais críticos, não explicita nem a determinação social do

fenômeno (sua vinculação com os modos de produção), nem a determinação ecológica (resultante da interação entre fatores macro-meso-micro). Que grau de consciência de interdependências deriva daí?

Mobilização social e limitação das liberdades individuais em nome das interdependências ecológicas

Na ótica técnica, o discernimento das propostas de ação decorre da natureza da interpretação. O que se observa em Itaquí é que a idealização pode estar relacionada com a interpretação, mas, também, é mediada pelas pré-concepções de sentido desejável de mudança do agente externo.

Neste quadro, para o agente comprometido com a justiça social, anteriormente caracterizado, a luta consiste em reservar este espaço para a exploração tradicional, impedindo o avanço da exploração capitalista nestas áreas. O movimento orienta-se, então, para a conscientização da contradição existente entre os interesses do capital e o interesse dos trabalhadores. Opor-se à entrada das geleiras pode significar contrapor-se a esta tendência de expansão voraz do capitalismo, julgada perversa. Assim, os acordos constituem formas de favorecer a permanência dos produtores familiares em seu espaço social-ecológico, com suas formas de produção características, ou assegurar uma transição lenta, que permita a recomposição das estratégias dos produtores familiares evitando sua marginalização.

A proposta do “manejo comunitário” parece desejável na ótica destes agentes que, ao perseguir o fim último de transformação da sociedade, entendem que as experiências locais contribuem para a formação de uma “nova consciência”.²⁰

Para os agentes comprometidos com a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, o desafio parece remeter à procura de alternativas técnicas que permitam uma utilização sustentada dos ecossistemas. Propostas nesta linha aparecem nas formulações de Barrow e Junk²¹ para o desenvolvimento sustentável da várzea amazônica. Estes autores discernem alternativas de utilização econômica para as áreas que respeitem as restrições naturais e potencialidades dos ecossistemas. Assim, identificam as atividades econômicas que poderiam propiciar o aproveitamento máximo da capacidade produtiva destes ambientes, num raciocínio muitas vezes balizado por critérios de eficiência ecológica, que desconsidera condicionantes sociais, culturais e econômicos da produção. Por outro lado, existe uma tradição específica no campo da conservação de recursos pesqueiros. Recentemente, o modelo de manejo comunitário de recursos comuns tem sido apontado pela FAO como solução para o desenvolvimento em várias partes do

²⁰ Ver ESTERCI, N. (org.) *Cooperativismo e coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. (Cadernos do ISER, n. 16) ou D'INCAO, M. C. *A Experiência dos Assentamentos: Contribuição ao debate político da Reforma Agrária*. *Lua Nova*, n. 23, p. 83-106, mar. 1991.

²¹ Os trabalhos aqui referidos são: BARROW, C. J. *The Development of the várzeas (floodlands) of Brazilian Amazonia*. In: HEMMING, J (eds) p. 108-128 e JUNK, W. J. *The use of Amazonian Floodplains under an ecological perspective*. *Interciencia*, v. 14, n. 6, p. 317-22, nov./dec. 1989.

mundo. Assim, a coletivização entra também no ideário dos agentes comprometidos com a sustentabilidade dos recursos naturais, principalmente porque constitui uma forma de viabilizar propósitos conservacionistas minimizando impactos sociais indesejáveis.

Para os agentes, os “acordos” constituem “o primeiro passo” ou a medida possível, pois tanto propiciam o questionamento da ordem vigente quanto constituem a semente de um verdadeiro “manejo comunitário”.²² Se analisarmos os “acordos” no contexto das propostas presentes no movimento, constatamos que constitui uma medida branda quanto à restrição à liberdade individual que aparece, então, em três níveis:

1º) o acordo representa um primeiro nível em que um conjunto de usuários define regras comuns para exploração de um sistema em nome do interesse coletivo;

2º) as “reservas de lago” constituem um segundo nível, onde existe uma subordinação formal do indivíduo às regras estabelecidas pelo coletivo ou por uma instituição gestora, que podem privilegiar tanto os interesses comuns quanto outros aspectos, como preservação de espécies raras²³; e

3º) as sociedades coletivizadas corresponderiam mais ao ideário de agentes que alguma proposta concreta imediata e teriam sua especificidade na subordinação da vida e recursos de modo genérico aos interesses coletivos.

O estabelecimento dos acordos representa uma forma branda de restrição à liberdades individuais, baseado em deliberações consensuais, que visam assegurar a continuidade de uma atividade econômica sem alteração significativa da organização social. Parece mais provável que também o manejo ao nível do meso-sistema, quando reivindicado, seja mediado por acordos que se estabelecem em torno de restrições específicas. A estratégia de estabelecer acordos frágeis em torno de restrições específicas parece bem generalizada, inclusive para a solução de conflitos ambientais entre atores no nível macro-sistêmico (países). Esta parece ser a base da legislação ambiental e a fórmula mágica que permite conciliar capitalismo e qualidade ambiental. Mas não haverá perdas neste processo?

Consolidação e propagação dos “acordos”

Em que medida os acordos constituem “o primeiro passo” de um movimento de transformação social mais abrangente?

O movimento reivindica que os produtores familiares tomem para si o poder de decidir sobre a utilização dos recursos pesqueiros nas massas de água do interior da ilha. Implica, então, a constituição de um grupo em função de seus interesses comuns

²² Observar que as propostas de ação apresentadas no processo parecem transitar entre diferentes graus de limitação de liberdade individual e os argumentos justificadores remetem a um espectro de razões mais amplo que às interdependências ecológicas.

²³ Neste contexto, podemos entender que a proposta de estabelecimento de “Reservas de Lago” conduz a este ideário, na medida em que idealiza o ambiente da ilha manejado como uma unidade, independentemente das divisões de espaço introduzidas pela delimitação das propriedades individuais. Assim, haveria de ocorrer uma sujeição do indivíduo ao estabelecido como desejável pela coletividade, tendo em vista as interdependências ecológicas. Nesta situação, a percepção sobre a liberdade individual, no que se refere ao uso e gestão do ambiente, seria, sem dúvida, muito mais restrita.

(a coletividade de usuários dos recursos pesqueiros da ilha), o qual haverá de deliberar sobre os procedimentos indicados. A existência de um interesse comum e o seu favorecimento constituem o referencial sobre o qual trabalham os promotores da organização. Este ideário é amparado pela noção de coletividade com interesses comuns – comunidade – manejo comunitário. Havendo interesses comuns não há porque pressupor conflitos, de forma que as dificuldades, teoricamente, resumem-se a questões técnicas e operacionais.

No campo, entretanto, a “comunidade de usuários” é heterogênea. As geleiras (utilizadores eventuais destes ambientes) não fazem parte desta comunidade “legítima” de usuários. Fazendeiros e produtores familiares são percebidos localmente como grupos com status social distinto. Outras divergências, como a religiosa, cuidam de estabelecer novas segregações... Sobretudo, as diferentes estratégias de reprodução econômica resultam em interesses imediatos distintos. O primeiro desafio, portanto, é construir uma identidade que não seja preexistente. A constituição do coletivo idealizado constitui a primeira dificuldade...

A segunda dificuldade parece ser a afirmação da autoridade deste coletivo numa situação de conflito de interesses. Por um lado, isto se relaciona à dificuldade de legitimar politicamente as decisões tomadas pelo coletivo num contexto social heterogêneo. Nestas situações, dificilmente todos os segmentos estarão representados, terão voz e vez. Se partirmos da hipótese de que há uma tendência no sentido de uma organização constituída predominantemente por produtores familiares “remediados”, por exemplo, o grupo de pescadores menos favorecidos (particularmente prejudicado pela suspensão da pesca comercial em determinadas épocas do ano) não se sentirá representado na decisão específica, da mesma forma que os fazendeiros.

Por outro lado, pode haver um questionamento da autoridade que se auto-atribui a organização, uma vez que não lhe é conferido direito legal de legislar sobre os recursos em questão. Como aceitar, então, que este grupo se julgue no direito de definir as regras sobre a utilização de recursos que alguns entendem como privados (recursos situados em lagos isolados no interior de propriedades privadas) ou de acesso aberto conforme a lei?

Ainda, tradicionalmente os produtores familiares internalizaram uma relação de subordinação política com referência aos médios e grandes, denominados localmente de “patrões” – remetendo à época em que operavam como regatões (intermediários comerciais) ou ao fato de constituírem os “donos da terra” na região.²⁴ Este grupo reconheceria a “autoridade” de produtores familiares e se submeteria às suas decisões?

²⁴Relações de caráter tradicionalmente paternalista que predefinem, implicitamente, uma hierarquia de status e, decorrentemente, a percepção de direitos sociais. Em outros momentos, na comunidade, contrapuseram-se os interesses dos patrões e dos produtores familiares que, neste contexto, encontram dificuldades em expressar e reivindicar seus direitos. Caso comum com a invasão de búfalos nas áreas cultivadas pelos produtores familiares.

As dificuldades que se observam quando do acordo entre grupos com interesses comuns (usuários das massas de água do interior da ilha) tenderiam a se agravar quando, em nome dos interesses deste grupo, se reivindicassem medidas de controle das atividades produtivas exercidas no nível de meso-sistema (área dos campos alagáveis e restingas). Neste caso, os “acordos” devem controlar o pastoreio do gado/búfalo dos fazendeiros, o que pressupõe serem firmados entre grupos sociais que têm uma relação de hierarquia preestabelecida e em favor de uma das partes – portanto não remetendo ao “interesse comum”. Assim, a situação se torna particularmente difícil quando o coletivo, sem amparo legal, delibera regras que ferem interesses constituídos.

Em virtude deste conjunto de conflitos, a eficácia dos acordos é prejudicada. Câmara & McGrath comentam:

Apesar de haver uma tentativa de manejo dos lagos da ilha de Ituqui através dos acordos de pesca, a grande dependência econômica da população pela pesca e a fraca organização comunitária tornam estes acordos obsoletos até o momento.²⁵

²⁵CÂMARA, E. L. & McGRATH, D. G. Op. cit.

Como justificar a existência e a persistência dos “acordos” neste quadro contextual?

Para entender o processo, parece necessário considerar que os acordos estão inseridos num campo de força, onde algumas procuram lhes auferir sustentação enquanto outras preconizam seu extermínio.

A sustentação desses acordos é preconizada por um conjunto de instituições que buscam apoio à organização e reivindicação dos produtores. No caso de Ituqui, sua implementação tende a ser “assumida” pela Colônia de Pescadores (organização representativa dos pescadores na região) com forte apoio de instituições como IBAMA, ONGs (IPAM) e outras. Argumenta-se que o papel das instituições na sustentação do movimento extrapola seu apoio às reivindicações específicas quanto à conservação de recursos pesqueiros.

Pode haver interesse de apoio à atuação das ONGs em si, uma vez que os benefícios advindos do envolvimento na luta pelos acordos são os mais diversos. No caso de Ituqui, elas tendem a atuar como interlocutoras para reivindicações das mais variadas: regularização da identidade civil (certidões de nascimento, carteira de identidade, título de eleitor...), encaminhamento, junto a órgãos competentes, de outras reivindicações como remuneração monetária para os períodos de suspensão da pesca, etc. A organização coloca-se assim como capaz de exercer pressão política mais efi-

²⁶Conforme CÂMARA & McGRATH: "A pescaria na ilha do Ituqui, a exemplo do que ocorre na microrregião do Baixo Amazonas, utiliza tecnologia do tipo "artesanal". Em geral os pescadores se distribuem em duplas utilizando canoas de madeira, regionalmente chamadas de "cascos". ● material de captura utilizado (artes de pesca) varia de acordo com o nível do rio. Porém, a "malhadeira"(rede de espera) é o aparelho mais utilizado pelos pescadores comerciais, tanto no inverno quanto no verão (Castro, comunicação pessoal)." A conservação do pescado é feita em caixas de isopor com gelo, que os pescadores levam de Santarém.

²⁷Conforme CÂMARA e McGRATH, na região do Ituqui a maioria das famílias pesca apenas em lagos, porém algumas, que vivem próximas ao rio Amazonas, como nas comunidades de Aracampina e Fé em Deus, aproveitam a safra do peixe liso.

²⁸Depoimento de um produtor familiar entrevistado em junho de 95.

²⁹A importância dos lagos situados no interior de fazendas para a pesca comunitária pode ser visualizada pelos seguintes dados: a grande maioria da área da ilha (76%) corresponde a propriedades isoladas, compostas principalmente por fazendas de gado, que se utilizam basicamente das pastagens nativas dos campos alagáveis. Essas propriedades detêm 60% dos locais preferidos pelas famílias que pescam em Ituqui, que correspondem a 77% da área média de lagos da ilha. Nestes lagos, igarapés e canais situados dentro das propriedades isoladas das comunidades, pescam pelo menos 90% das famílias de pescadores que usam os lagos da ilha.

caz por seu poder argumentativo, relações e poder de denúncia. Nestes termos, interessa "apoiar" o trabalho exercido...

A dependência da pesca responde tanto pelo apoio aos acordos como pelos conflitos criados. Entretanto, há de se relativizar a importância conferida à pesca pelos produtores familiares (o que pode se refletir em sua predisposição a enfrentar conflitos em nome dos acordos).

Para compreender o potencial da pesca para os produtores familiares estabelecidos na ilha, é importante considerar as restrições naturais na oferta de recursos (população total e densidade), e a precariedade dos instrumentos de captura, transporte e armazenamento dos produtores familiares.²⁶ Todos estes fatores resultam em baixa produção total e produtividade do trabalho. A atividade é dificultada porque, na época das cheias, os peixes "se espalham" e nas secas, a produtividade aumenta e os locais de pesca são mais restritos. Se considerarmos ainda a intermediação comercial, reduz-se o valor monetário apropriado pelos produtores familiares. A alternativa de deslocar-se para locais mais produtivos, no rio Amazonas, não é viável para a maioria dos produtores familiares, dadas as características de suas embarcações.²⁷

No momento da pesquisa, os produtores não percebem a pesca nos lagos interiores como uma atividade que permite a acumulação. Isso poderá ser revertido com a implementação de um plano de manejo? Por enquanto, certas manifestações apontam para uma percepção crítica da pesca enquanto atividade econômica: "Se eu tivesse terra, só ia pescar por um desejo, mas ia preferir cultivar milho. Era melhor nem olhar pro lago, aqui para nós."²⁸

Compreende-se que os agentes externos podem trabalhar com uma utopia de estabelecer produtores-pescadores, mas, seria esta a utopia dos produtores familiares? Quais as implicações para a consolidação do movimento?

As forças que se opõem à consolidação dos acordos referem-se aos conflitos conjunturais e às tendências estruturais. Os conflitos conjunturais foram por diversas vezes mencionados, e são promovidos em sua maioria por produtores familiares mais dependentes da pesca e pelas geleiras. As tendências estruturais remetem à transformação da estrutura agrária que acompanha a pecuarização da região. Neste sentido, há uma forte pressão de compra de áreas de produtores familiares pelos médios e grandes fazendeiros. Estudiosos do tema temem a tendência à privatização dos lagos do interior das fazendas, a exemplo do que ocorreu na ilha do Marajó, o que colocaria em risco a sobrevivência econômica de grande parte dos produtores familiares que utilizam estes lagos.²⁹

Pontuando...

Esta reflexão demonstrou que não há correlação obrigatória entre ocorrência de problemas ambientais e limitação das liberdades individuais em nome das interdependências ecológicas.

A motivação para a ação e a definição de seu sentido dependerá de complexos processos de problematização, interpretação, idealização e consolidação.

Assim, os homens, no esforço de reprodução social e econômica, vêm transformando o ambiente de Ituqui há muitos anos. Muitas populações animais foram reduzidas, a cobertura vegetal modificou-se. Mesmo que indesejáveis, tais processos não motivaram uma mobilização social para revertê-los. Somente a redução da oferta natural de certas espécies de peixe veio a ser problematizada. Evidenciou-se, assim, que o fato de ocorrer uma transformação ambiental socialmente indesejável não é suficiente para desencadear um processo de mudança. Isso implica impossibilidade de estabelecer correlação imediata entre a ocorrência de transformações ambientais indesejáveis e a formação de consciência coletiva em prol de mudanças.

No plano macrosocietário, tal suposição faria duvidar da esperança de grandes mudanças a partir do "pipocamento" de transformações ambientais indesejáveis.

No plano da interpretação, evidencia-se a multiplicidade de possibilidades interpretativas, que elucidam ou não a complexidade das interdependências ecológicas.³⁰

No plano da idealização da ação, as utopias encontram-se com as conjunturas, gerando uma diversidade muito grande de alternativas que podem, por diferentes razões, conduzir à limitação das liberdades individuais em prol do coletivo em maior ou menor medida.

Na consolidação, temos um momento em que se defrontam agentes com seus ideais, atores econômicos com interesses segundo as tendências estruturais e produtores familiares com suas estratégias sócio-econômicas de reprodução social. Agentes tentam viabilizar seus ideais na contramão das tendências estruturais³¹, obtendo, numa convergência conjuntural de interesses, certo apoio dos produtores familiares.

Esta convergência temporal possibilita o estabelecimento de uma experiência de mudança das relações sociais, cujo alcance manifesta-se bem abaixo do potencial e cuja existência é temporária, pressionada pelas tendências macroestruturais.

Isto implicaria reconhecer a pertinência dos problemas ambientais enquanto potencializadores de revisão nas relações sociais e, ao mesmo tempo, o condicionamento exercido pela problematização, interpretação, idealização, conflitos de interesse e restrições estruturais na viabilidade das mudanças propostas. Assim, Ituqui nos mostra a complexidade do processo, a força das determinações objetivas diluindo o ímpeto de mudança.

³⁰ Para o caso em estudo, observa-se que, embora o fenômeno problematizado seja sujeito a causação múltipla e complexa, a interpretação é parcial, razão pela qual as interdependências ecológicas são parcialmente apreendidas. Assim, o que se observa em Ituqui, é que o enfrentamento de um problema ambiental não leva obrigatoriamente ao reconhecimento das interdependências ecológicas, cuja percepção estaria condicionada ao aproveitamento de um potencial existente por ocasião do esforço de elucidação da causação ecológica do fenômeno problematizado.

³¹ Argumenta-se que o estabelecimento dos "acordos" confronta-se com tendências estruturais de transformação econômica da área porque: tentam deter o avanço da "pesca capitalista"; contrapõem-se potencialmente aos interesses dos fazendeiros – que expandem suas criações na região e pressionam pela compra de terras dos produtores familiares; reivindicam estabelecimento de formas sociais coletivizadas num contexto de avanço do liberalismo econômico.

Vivien Diesel é professora do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.
Evandro Leal Câmara é biólogo e pesquisador do Instituto Ambiental da Amazônia (IPAM).